

# Um diálogo concreto com os credores

por Celso Pinto  
de Brasília



Saraiva Guerreiro

"A filosofia está acertada", definiu o chanceler Saraiva Guerreiro após duas horas de reunião com os ministros Delfim Netto e Ernane Galvêas, consumidas na discussão da posição que o Brasil levará na próxima reunião dos devedores latino-americanos. Esta filosofia, na descrição de Guerreiro, está centrada no desejo de que o encontro dos devedores não fique apenas em declarações genéricas mas produza propostas mais concretas, mais detalhadas sobre a questão da dívida.

A idéia, claramente, é ir além das colocações mais gerais dos chanceleres latino-americanos em Quito, e até mesmo dos termos da nota conjunta do Brasil, México, Colômbia e Argentina. O que se quer, explicou uma fonte do Itamaraty a este jornal, é que a próxima reunião dos devedores produza idéias específicas o suficiente para estimular um diálogo concreto com os países credores — a ser ou não formalizado através de uma reunião conjunta.

De outro lado, no entanto, como disse Guerreiro, as propostas não podem esbarrar em detalhamento tão específico que se confunda com o próprio processo de negociação com os bancos, que deve continuar sendo conduzido a nível individual. "Só se pretende discutir o que é do interesse comum de todos os devedores", disse Guerreiro.

No centro destas questões de princípio gerais, em sua opinião, está a necessi-

dade de reduzir o grau de imprevisibilidade nos termos de pagamento da dívida. Outros pontos de interesse comum são a redução dos juros, alongamento de prazos e maior acesso aos mercados industrializados.

## LINHA GERAL

Acertada a linha geral de trabalho, caberão às assessorias do Itamaraty, Fazenda e Seplan, segundo Guerreiro, detalhar nos próximos dias as propostas específicas que o Brasil irá sugerir na reunião dos devedores. Um limite claro para estas propostas, segundo a fonte diplomática, é evitar que sugestões extremas possam "encurralar" os credores de tal forma que não se deixem alternativas para um diálogo posterior. "A pior posição de uma negociação é não ter portas de saída", lembrou a fonte.

Ainda não está acertada nem a data nem o local deste encontro. A idéia original, brasileira, era realizá-la para os dias 21 e 22, segundo o chanceler. Tam-

bém ainda não está definida Bogotá como sede do encontro.

A declaração ontem no Equador de uma moratória no pagamento de sua dívida externa por dezoito meses "é uma questão interna, soberana, não é uma questão que consideramos conjunta", definiu Guerreiro. A reunião, disse ele, justifica-se independentemente de decisões unilaterais de países latino-americanos. No máximo, acredita, a moratória do Equador poderia ser entendida como "uma demonstração de que em alguns casos se pode chegar a situações extremas".

Discutir moratória não é intenção dos países que se reunirão. "Nós, certamente, não estamos pensando em declarar moratória nem parcial", acentuou Guerreiro.

O chanceler mais uma vez desmentiu divergências suas com o ministro Delfim Netto. "Delfim está inteiramente de acordo com o que se está fazendo, estamos trabalhando em conjunto", afirmou. Na reunião, segundo uma fonte, não teria havido grandes divergências entre os ministros.

## REAÇÃO

Houve, inequivocamente, uma primeira reação negativa da área econômica do governo à nota conjunta dos devedores. A principal objeção era de que o Brasil, depois de duros sacrifícios, estaria credenciado hoje a obter maiores vantagens na negociação de sua dívida. A iniciativa conjunta poderia trazer inquietação ao mercado financeiro ou nivelar na discussão das condições o Brasil a países como a Argentina. Em suma, poderia haver mais riscos do que vantagens na idéia de se conduzir coletivamente as reclamações que o Brasil já vinha fazendo individualmente.

Guerreiro procurou deixar claro que a iniciativa política se soma — e não exclui ou substitui — à discussão técnica; que não se quer criar situações de confronto, mas levar credores e devedores a uma reflexão conjunta sobre o alcance da questão da dívida. Segundo a fonte diplomática, "se houve resistências iniciais dos ministros econômicos, elas foram revistas".